

# Governo afirma que episódio Juruna está encerrado

Brasília — "O episódio está encerrado." Essa foi a reação do porta-voz da Presidência da República, Carlos Atila, à decisão da Mesa da Câmara que, por seis votos a um, puniu ontem o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) com uma censura escrita. "No fundo, o objetivo do Governo, que era o fortalecimento das instituições e o respeito à constituição, foi atingido", acrescentou o Sr Carlos Atila.

O Deputado Mário Juruna acusou os Ministros de "ladrões e corruptos", num discurso pronunciado no dia 26 de setembro. Os ministros pediram a punição do parlamentar pedetista. Alguns pedidos, como o do Ministro Leitão de Abreu, Chefe do Gabinete Civil, chegaram a invocar o Artigo 35, item II, da Constituição, que prevê cassação de mandato. "A decisão foi aquela do que o Governo tinha pedido, mas o Presidente a acata", acrescentou o porta-voz Carlos Atila.

## "Liberdade de poderes"

A aceitação do Presidente Figueiredo foi manifestada na reunião das 9h com os Ministros Octávio Medeiros (SNI), Rubem Ludwig (Gabinete Militar), Danilo Venturini (Assuntos Fundiários) e Leitão de Abreu. O Ministro Leitão de Abreu ponderou que o plenário da Câmara não aprovaria as penas de suspensão ou cassação do mandato. Assim, a única punição possível seria a de censura escrita, que a Mesa da Câmara poderia decidir sem consulta ao plenário.

"A Mesa da Câmara decidiu bem. Acredito, de acordo com minha experiência de deputado (oito anos) e com o conhecimento do Regimento, que não se poderia ir além da medida adotada. Acho, também, que não se poderia deixar passar em brancas nuvens o discurso do Deputado Mário Juruna", declarou o Vice-Presidente Aureliano Chaves. Ele considerou as palavras do Deputado Mário Juruna, no seu discurso, como "injúrias".

O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, também disse que "o assunto está encerrado". Ao sair de seu gabinete, no fim da tarde, analisou: "Cabia ao Congresso decidir e ele decidiu. Estamos num processo de abertura democrática e isto é liberdade de poderes."

## Irredutível

Até as 8h45min de ontem, o Ministro Leitão de Abreu tentou convencer o presidente da Câmara, Deputado Flávio Marçílio, por telefone, a aplicar uma pena maior do que a censura escrita. O Sr. Marçílio voltou a dizer que poderia até concordar com uma suspensão de cinco dias do mandato do Deputado Mário Juruna, mas lembrou que a decisão seria do plenário, onde o PDS tem 235 deputados contra 244 das oposições.

A reunião da Mesa da Câmara, que na véspera havia sido adiada duas vezes, começou às 11 horas. O Deputado Flávio Marçílio leu uma carta do Deputado Juruna, em que ele se retratou das acusações ao Presidente e aos Ministros, e propôs, então, a pena de censura. Argumentou com a condição de índio aculturado e relativamente incapaz do representante do PDS fluminense eram "atenuantes de seu comportamento", mas observou: "Ele é um deputado e, nessa condição, está sujeito às sanções regimentais".

Procedida, em seguida, à votação, acompanharam o presidente da Mesa os Deputados Paulino Cícero (PDS-MG), primeiro-vice-presidente; Walber Guimarães (PMDB-PR), segundo-vice-presidente; Fernando Lyra (PMDB-PE), primeiro-secretário; e Ary Kfury (PDS-PR), segundo-secretário. O Sr Kfury ressaltou que preferiria uma punição mais severa, mas acompanharia o presidente Flávio Marçílio para que houvesse "uma decisão harmoniosa da Mesa".

O único voto contrário foi o do terceiro-secretário da Mesa, Deputado Francisco Studart (PTB-RJ). Ele argumentou que os pedidos de punição não podem partir do Executivo, pois cabem ao Legislativo. O Deputado Francisco Studart foi o autor do pedido de vistas que adiou a reunião da Mesa para ontem.

O último membro da Mesa a dar seu voto foi o Deputado Amaury Muller (PDT-RS), que acompanhou a posição da maioria, pela censura escrita ao Deputado Mário Juruna, mas deixou claro: "Sou contrário a qualquer punição e meu posicionamento é em unidade com a maioria da Mesa, para o fortalecimento das prerrogativas do Poder Legislativo." A reunião foi encerrada às 11h40min. O Sr Flávio Marçílio elogiou a posição da Mesa e estranhou a atitude isolada do Deputado Francisco Studart.

## Alívio

Anteontem à noite, o presidente do PDS, Senador José Sarney, e o líder do Partido na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, ficaram na casa do Sr Flávio Marçílio até 21h30min. Tentaram convencê-lo a mudar sua posição e optar pela suspensão do mandato do Deputado Juruna. Os dois temiam — segundo relato depois um deles — que houvesse um impasse institucional, pois o Palácio do Planalto poderia não aceitar apenas uma censura escrita. Ontem, contudo, o Senador Sarney disse que a decisão do Congresso "foi amadurecida e evitou que se aprofundasse uma crise entre o Legislativo e o Executivo". É completo: "Agora vamos enterrar o episódio." O Deputado Marchezan, na mesma linha, elogiou a decisão da Mesa.

Foi uma solução que preservou a autoridade do Poder Legislativo e não estremeceu em nada a autoridade do Poder Executivo. Estou convencido de que o Presidente Figueiredo exerceu um papel conciliador no Poder Executivo e que a Mesa da Câmara, particularmente o Deputado Flávio Marçílio, foi sensível a isso.

## Intenção da Mesa foi não alimentar crises

Brasília — Ao anunciar para o plenário a aplicação da pena de censura ao Deputado Mário Juruna (PDT-RJ), o Presidente da Câmara, Deputado Flávio Marçílio, afirmou que "a decisão tomada reflete, além do mais, a nossa firmeza em não alimentar crises". E acrescentou que faz parte do desejo de que "seja alcançada a estabilidade democrática, num clima de liberdade com responsabilidade e respeito mútuo".

Segundo o Sr Flávio Marçílio, "os momentos difíceis que estão sendo vividos pelo país exigem compreensão e desprendimento, com a prevalência absoluta dos interesses nacionais". Ele fez o anúncio às 15h45min, para um plenário onde havia 88 deputados, 36 dos quais do PDS.

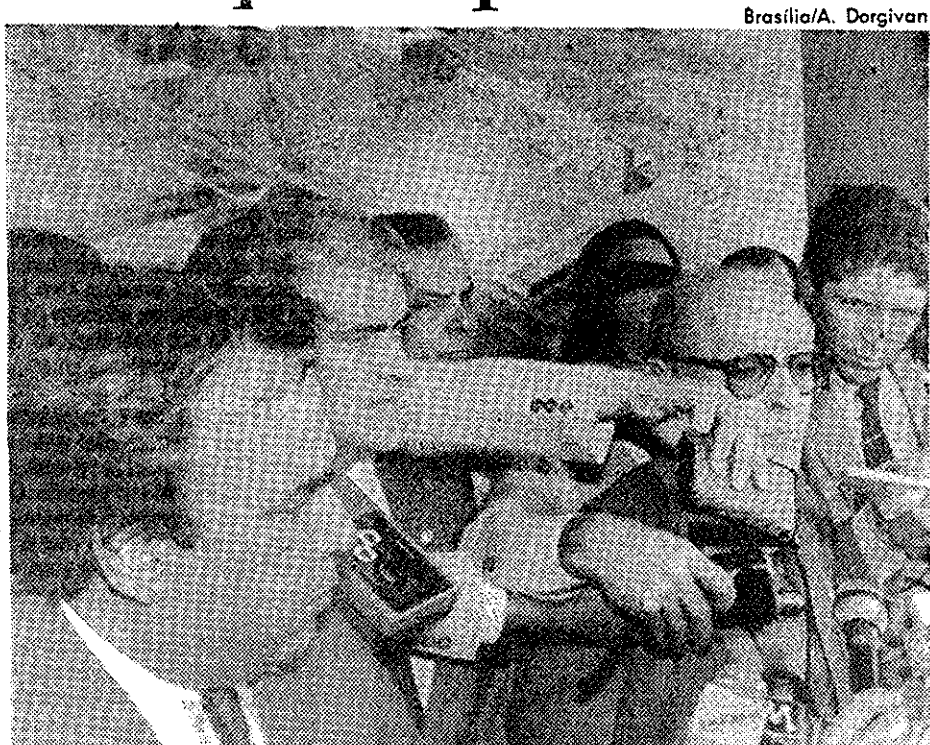
## Harmonia dos Poderes

Tendo ao seu lado cinco membros da Mesa — só o Deputado Walber Guimarães sentou-se no plenário — o Sr Marçílio leu um texto em que afirmou ter aplicado a decisão de não publicação do discurso do Deputado Mário Juruna. Mas "tendo em vista a atitude dos Senhores Ministros e a consideração que todos merecem, bem como a fixação mais objetiva do reconhecimento necessário à harmonia entre os Poderes, sob a garantia das Forças Armadas", explicou que havia convocado a Mesa para, extraordinariamente, apreciar os fatos.

Em seguida, leu a resolução de oito linhas em que a Mesa aplica a pena de censura ao Deputado Mário Juruna, em voto contrário do Deputado Francisco Studart (PTB-RJ), 3º secretário. O Deputado Flávio Marçílio manifestou, ainda, "inteira discordância com os termos do discurso" do representante do PDT fluminense, acrescentando que o Presidente Figueiredo, "além de merecer o apreço de todos nós, se impõe ao reconhecimento nacional, não apenas pelo cargo que exerce, mas, sobretudo, pela condução do processo democrático, que faz com que desprendimento, a cuja plenitude todos nós desejamos alcançar".

Intimado no plenário entre os Deputados José Colaço e Jacques Dornelas, ambos do PDT do Rio de Janeiro; o Deputado Juruna fazia com os dedos o V da vitória, quando os fotógrafos e cinegrafistas assstavam sobre ele os refletores.

## Leia editorial Tensões Ociosas



Brasília/A. Dorigivan  
Marçílio anunciou a censura escrita a Juruna às 11h40min

## Ex-cacique diz que não amarrarão a sua boca

Brasília — "É melhor então que amarrem minha língua. Essa censura é normal na Câmara, mas ninguém vai amarrar boca de Juruna. Minha boca tá sempre aberta", respondeu o Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) quando perguntaram se ele pretendia moderar sua linguagem. Em entrevista coletiva, duas horas depois da decisão da Mesa da Câmara, ele pediu compreensão, reiterou que "branco rouba terra de índio" e deu explicações sobre o que significa chamar Ministro de ladrão.

"Chamar ladrão é mais usado no sertão, na fazenda, no interior. A linguagem corrupto é de quem vive na cidade. O problema é que linguagem é dividido. Ladrão não é só eu que falo. Não é linguagem de cidade, mas não é só eu que falo. Eu posso chamar gato, que é linguagem de cidade. Então eu chamo gato, então eu chamo corrupto, então eu chamo ladrão", afirmou. A entrevista foi também marcada por queixas: "Muita gente tava contente com minha saída, mas hoje não é 64. Hoje é 83. E também a gente nasceu foi pra morrer, a gente nasceu foi pra falar, a gente nasceu foi pra xingar."

Indagado se repetiria suas acusações ao Governo, o Deputado Mário Juruna explicou: "Não é só Juruna que tá dizendo que Ministro é ladrão. Acredito todo povo prova isso. Não foi branco que acabou terra de índio? Que adianta autoridade ficar revoltada contra verdade? Não é só eu que pode provar o que tá acontecendo." Ainda sobre a ofensa aos Ministros, ofereceu um exemplo: "Você tem cinco mulher. Eu tiro uma mulher. Você fica bravo. Se eu digo que você tá errado, você me mata. Porque verdade é que machuca gente."

O Deputado Mário Juruna foi informado da solução dada a seu caso ao meio-dia, sem saber que a missão mais delicada cumprida para o desfecho se passou. Não no Congresso Nacional, mas no seu apartamento. As 10h da manhã chegava a sua casa o secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins de Oliveira, incumbido pelo Deputado Flávio Marçílio de convencê-lo a assinar uma terceira carta de justificativa do seu discurso considerado ofensivo ao Governo.

A primeira carta havia sido redigida segunda-feira pelo Deputado Flávio Marçílio. Tinha dois parágrafos e o segundo dizia: "As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visavam atingir a honorabilidade de quaisquer Ministros de Estado e, muito menos, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República". O Deputado Mário Juruna se recusara a assiná-la, alegando que estava sendo "embrulhado".

A segunda carta foi redigida pelos Deputados Freitas Nobre (PMDB-SP) e Bocayuva Cunha (PDT-RJ). Para atender à vontade do Deputado Mário Juruna, foram acrescentadas oito linhas ao texto anterior, para argumentar que, no discurso, ele extravasara sua ansiedade, ao ver os índios pataxós tendo suas terras invadidas na Bahia. Essa carta foi entregue à Mesa da Câmara às 10h da manhã de ontem, mas, à exceção do Deputado Amaury Muller (PDT-RS), nenhum membro a aceitou. O Deputado Flávio Marçílio riscou tudo o que considerava imprópriedades, mandou que a carta fosse novamente datilografada e incumbiu o secretário-geral da Mesa de convencer o Deputado Mário Juruna a assiná-la.

"Uma missão difícil, porque já imaginei eu voltar sem essa carta assinada?", comentou o Sr Paulo Afonso ao voltar da casa do Deputado. Ali encontrou o Sr Mário Juruna descalço, vestindo short e uma camiseta esportiva, e profundamente fechado a conversas. Depois de uma hora de entendimento, o parlamentar assinou a carta, mas, segundo o secretário-geral da Mesa foi preciso um último argumento: "Juruna, você é um cacique-chefe. Você tem que entender que essa decisão é política. E você, como cacique-chefe, tem que decidir isso sozinho". Lembrando a confiança que deposita no Sr Paulo Afonso, o Deputado, relutantemente, assinou o documento.

## Montoro enaltece o ato do Legislativo

São Paulo — "A Câmara cumpriu com o seu dever e agiu sem se submeter às pressões", afirmou, ontem, o Governador Franco Montoro, ao analisar o caso Juruna, após presidir na sede da FIESP-Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a posse das novas diretorias do Sindicato e da Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica. O presidente da FIESP, Luís Eulálio de Bueno Vidigal, ponderou que, como empresário, "prefiro não opinar sobre o caso do Deputado Juruna". Acrescentou, contudo, que, em conversa informal com o Governador Montoro, concordei, com ele, que após a decisão da Câmara, não haverá nenhum desfecho político negativo. Tudo está mesmo superado".

## Parlamentar procurou explicar o discurso

É a seguinte a retratação de Juruna: "Comunico a Vossa Excelência que o discurso por mim proferido na sessão de 26 de setembro último, que está sendo objeto de exame por parte da Mesa da Câmara dos Deputados, trata da situação do indígena brasileiro, quando assiste suas terras sendo objeto de invasão e de ocupação indevida.

As palavras por mim usadas num discurso de improviso, de forma alguma visaram atingir a honorabilidade de quaisquer ministros de Estado e, muito menos, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

A expressão apontada como insultuosa caracterizava apenas a tomada da terra do índio pelo branco".

## Regimento Interno permitiu decisão

A decisão do Legislativo foi a seguinte: "A Mesa da Câmara dos Deputados, em sua reunião extraordinária de hoje, resolveu aplicar ao Senhor Deputado Mário Juruna, nos termos dos artigos 260 e 262, III, do Regimento Interno, a pena de censura escrita, em razão da linguagem usada em seu discurso proferido na sessão ordinária de 26 de setembro do corrente ano, considerada imprópria, descortês e ofensiva às autoridades constituídas da República".

## Moreira prega mais unidade

Em entrevista à RADIO JORNAL DO BRASIL, ontem, o Presidente do PDS do Rio de Janeiro, Moreira Franco, afirmou ser indispensável definir as causas da desunião de seu Partido tanto internamente, como no relacionamento com o Governo Federal. "Um Governo no Brasil não tem estabilidade sem o apoio parlamentar, militar e popular", acrescentou.

Para o Sr. Moreira Franco, as questões políticas "serão cada vez mais econômicas". Por isso, insistiu na necessidade de se pensar um plano de política econômica para o país. Ele analisou o documento entregue ao Presidente Figueiredo, na última semana, em que analisa a crise econômica e social.

## Velocidade

No documento intitulado "Análise da Conjuntura Social e a Previsível Redução da Oferta de Alimentos", elaborado pelo PDS fluminense, há a constatação do aumento do desemprego nos centros urbanos do país nos últimos anos. O Sr. Moreira Franco ressaltou que os jovens e as mulheres foram os mais atingidos pelo subemprego e o desemprego — atualmente um terço da população economicamente ativa.

Outro dos problemas abordados na análise foi a possibilidade de "uma dramática redução na produção de alimentos" já em 1984 porque atualmente os agricultores, com pouco incentivo governamental, passaram a investir em outras áreas. Somente aqueles que produzem para o mercado externo, ele afirmou, beneficiam-se dos créditos subsidiados. Daí a constatação de, atualmente, o Brasil precisar importar soja e milho a preços muito superiores àqueles exportados poucos meses atrás.

O objetivo do documento entregue ao Presidente da República foi, segundo Moreira Franco, mostrar às autoridades a "gravidade da crise econômica por que passamos e o processo acelerado de sairmos de uma crise econômica grave para uma crise social de proporções gigantescas." As consequências desta crise nos centros urbanos são "terríveis", afirmou o Sr Moreira Franco, porque na cidade não se "sobrevive com hortas no fundo do quintal. Isto é utopia de urbanólogos — uma mistura de sociólogos com urbanista."

A proposta do Presidente do PDS fluminense ao Presidente Figueiredo incluiu, sob o ponto de vista econômico, "abertura política, porque verifica-se um grande desencontro de objetivos entre as propostas de política econômica atual e os anseios da nação." Uma das "deformações perigosas" da política econômica, segundo ele, é a sua redução, pelas autoridades competentes, a "uma mera política salarial que já foi reformulada três vezes."

"O problema com o FMI — Fundo Monetário Internacional — é que já tivemos as segundas intenções", disse, referindo-se às cartas de intenção, acrescentando que "entraremos nas terceiras intenções e as pessoas sabem que não serão cumpridas." Por isso, o Sr Moreira Franco entende ser "secundário" romper ou não com o FMI: "O que me parece absurdo é que as autoridades brasileiras responsáveis pela economia não têm um plano".

O Sr Moreira Franco disse que não se alia à dissidência do Partido porque vê hoje que a dissidência é a hierarquia partidária: "É a direção partidária que se está transformando em dissidência. O PDS tem que resolver seu problema a curto prazo. E as pessoas se definirão em relação às questões econômicas, no relacionamento político, a nível das questões econômicas."